

**ANÁLISE DA ARQUITETURA INCLUSIVA NAS INSTITUIÇÕES DE  
LONGA PERMANÊNCIA EM RECIFE - PE**

**Zanoni Vieira Neto**

Aluno de graduação da Faculdade Damas  
da Instrução Cristã do curso de Arquitetura  
e Urbanismo  
[zanonineto@hotmail.com](mailto:zanonineto@hotmail.com)

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Mércia Carréra**

Coordenadora e professora do curso de  
Arquitetura e Urbanismo da  
Faculdade Damas da Instrução Cristã- Fadic;  
Orientadora do aluno no PIBIC-FACEPE  
[merciacarrera@hotmail.com](mailto:merciacarrera@hotmail.com)

**Resumo:**

Este artigo apresenta os caminhos percorridos na pesquisa de iniciação científica “Análise da Arquitetura Inclusiva nas Instituições de Longa Permanência em Recife/PE”. A questão do envelhecimento da população não se restringe ao Brasil, mas também vem sendo discutida com prioridade em todo o mundo, isso porque a população envelheceu. Nunca se preocupou tanto com o idoso como agora, sobretudo aqui, onde até poucos anos atrás era considerado um país jovem. É de fundamental importância a produção de uma arquitetura capaz de proporcionar as condições físicas e mentais necessárias para os usuários das instituições de cuidado ao idoso, resultando em espaços acolhedores, humanos e resolutivos. Trata-se de um estudo observacional descritivo realizado nas Instituições de Longa Permanência cadastradas junto a Secretaria Social da Prefeitura do Recife/PE. Existem instituições privadas, públicas e filantrópicas. Para a realização desta pesquisa a metodologia utilizada foi: a revisão da literatura sobre o tema; levantamento da relação das instituições cadastradas; dentre estas foram escolhidas as filantrópicas, para a visita *in loco*; realizado levantamento arquitetônico e

fotográfico; análise e avaliação sobre a arquitetura inclusiva do local, seguindo os princípios do desenho universal e da NBR-9050. O resultado da pesquisa apresenta uma contribuição de grande relevância para os gestores e os profissionais envolvidos na área, despontando as condições atuais da cidade do Recife em relação as suas instituições de longa permanência. É preciso readequar esses espaços físicos dando uma melhor qualidade de vida aos idosos.

**Palavras-chave:** Instituição de Longa Permanência; Arquitetura Inclusiva; Idosos.

**Abstract:**

This article presents the ways followed in the research of scientific initiation "Analysis of inclusive architecture in long-stay institutions", in Recife/PE. The issue about the ageing of the population is not restricted to Brazil, but it is also been discussed with priority around the world, and all this because the old population increased. Never cared so much with old people as now, especially here, which was considered, until few years ago, a young country. It is very important to produce an architecture able to provide physical and mental conditions necessary to the users of elderly care institutions, resulting in cozy and humans spaces. It is an observational descriptive study, made on long-stay institutions registered in the Social Secretary of the Recife City Hall. There are private, public and philanthropic institutions. For this research, the methodology used was: literature review about the subject; list the relation of registered institutions, among them were chosen the philanthropic ones to be visited; realize architectural and photographic survey; analysis and evaluation of the inclusive architecture of the studied places, following the principles of the universal drawing and the NBR-9050. The research result presents a contribution of great relevance for managers and professionals involved in the area, pointing current conditions of Recife, in relation to the long-stay institutions. It is necessary to readjust those physical spaces, giving a better life to old people.

**Keywords:** Long-Stay Institution; Inclusive Architecture; Elderly

## INTRODUÇÃO

O avanço da medicina e as mudanças de hábitos permitem que cada vez mais pessoas tenham uma vida prolongada, acarretando inclusive uma mudança no perfil demográfico brasileiro, que até pouco tempo era considerado jovem. Porém, não somente o Brasil, mas o mundo envelheceu, tornando esse tema urgente na sociedade. Pessoas idosas representam, hoje, uma significativa parcela da população. Estimativa do IBGE revela que, em 2050, a população Brasileira com mais de 60 anos ultrapasse 29%, logo será maior que a quantidade de habitantes com menos de 15 anos (28%), tornando cada vez maior a procura de centros ou abrigos para idosos, minimizando o isolamento destes que continuam tendo necessidade de participar do convívio social. Com essa realidade, medidas devem ser tomadas para acolher e proporcionar uma melhor qualidade de vida para os idosos. Órgãos competentes aprimoram soluções que culminam em leis habitacionais para ILPI - Instituições de Longa Permanência para Idosos - (RDC Nº. 283, de 26 de Setembro de 2005-ANVISA), são instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de idosos com idade igual ou superior a 60 anos - com ou sem suporte familiar - em condições de liberdade, dignidade e cidadania. É de fundamental importância a produção de uma arquitetura capaz de proporcionar as condições físicas e mentais necessárias para os usuários das instituições de cuidado ao idoso, resultando em espaços acolhedores, humanos e resolutivos. Considerando o exposto, esta pesquisa analisa as ILPI de caráter filantrópicas, quanto ao seu espaço físico. A análise da estrutura física levará em conta se nesses espaços foram considerados os princípios do desenho universal e NBR-9050, ou seja se as instituições têm uma arquitetura inclusiva, respeitando seus usuários, para fornecer uma melhor qualidade de vida.

Este artigo está estruturado em quatro partes: “Arquitetura Inclusiva: Qualidade de Vida”; “Orientação Técnica: Segundo Regulamento da ANVISA”; “ILPI Analisadas Segundo o Desenho Universal, NBR-9050 e as Normas da ANVISA”; “Avaliação Técnica” e “Comparativo dos Materiais Das ILPI”.

## ARQUITETURA INCLUSIVA: QUALIDADE DE VIDA

"A meta é que qualquer ambiente ou produto seja alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, de sua postura ou mobilidade" (CAMBIAGHI *apud* ROSSO).

Arquitetura inclusiva é a forma de construção que respeita todas as pessoas e suas necessidades físicas. Associada com o desenho universal ou desenho para todos, vem desmistificar o “homem padrão”. A arquitetura inclusiva prepara todo o ambiente e design para que qualquer ser humano utilize o espaço da melhor forma possível, tornando-a voltada não somente para a estética, e sim para o bem-estar de quem vai utilizá-la. Deste modo, propõe ambientes para qualquer limitação física, recorrente a idade ou por necessidades especiais (mobilidade reduzida, cadeirantes), para atender o maior número de pessoas sem restrição, a fim de conciliar um convívio harmonioso entre a arquitetura e o ser humano, garantindo seu direito de ir e vir com total independência e autonomia nos espaços.

Para tornar possível essa arquitetura inclusiva, sete princípios do desenho universal foram elaborados para um ambiente igualitário.

“Em 1987, o americano Ron Mace, arquiteto que usava cadeira de rodas e um respirador artificial, criou a terminologia *Universal Design*. Mace acreditava que não se tratava do nascimento de uma nova ciência ou estilo, mas sim de uma percepção de aproximarmos as coisas que projetamos, tornando-as utilizáveis por todas as pessoas.” (CAMBIAGHI, pág. 12). Esses princípios são:

- UTILIZAÇÃO EQUITATIVA (Fig. 01): São espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando todos os ambientes iguais.

Fig. 01



([http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf) acessado em 21/07/2013).

- FLEXIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO (Fig. 02): Design de produtos que atendem pessoas com diferentes habilidades e diversas preferências, sendo adaptáveis a qualquer uso.

Fig. 02



([http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf) acessado em 21/07/2013).

- UTILIZAÇÃO SIMPLES E INTUITIVA (Fig. 03): De fácil entendimento para que qualquer pessoa possa compreender independente de sua experiência, conhecimento, habilidade de linguagem ou nível de concentração.

Fig. 03



([http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf) acessado em 21/07/2013).

- INFORMAÇÃO PERCEPTÍVEL (Fig. 04): Quando a informação necessária é transmitida de forma a atender as necessidades do receptor, seja ela uma pessoa estrangeira, com dificuldade de visão ou audição.

Fig. 04



([http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf) acessado em 21/07/2013).

- TOLERÂNCIA AO ERRO (Fig. 05): Previsto para minimizar os riscos e possíveis consequências de ações acidentais ou não intencionais.

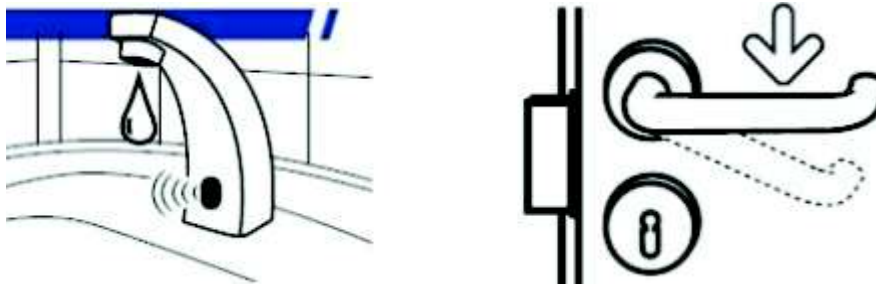
Fig. 05



([http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf) acessado em 21/07/2013).

- ESFORÇOS FÍSICOS MÍNIMOS (Fig. 06): Para ser usado eficientemente, com conforto e o mínimo de fadiga.

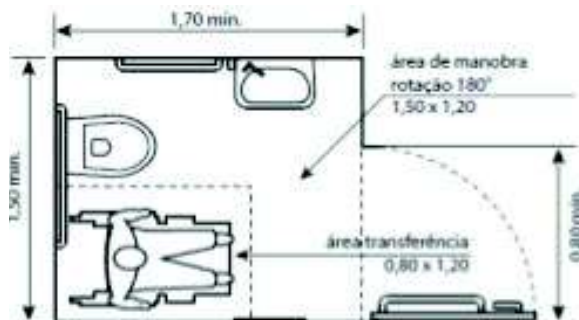
Fig. 06



([http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf) acessado em 21/07/2013).

- DIMENSÃO E ESPAÇO DE ABORDAGEM E DE UTILIZAÇÃO (Fig. 07): Que estabelece dimensões e espaços apropriados para o acesso, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo (obesos, anões etc.), da postura ou mobilidade do usuário (pessoas em cadeira de rodas, com carrinhos de bebê, bengalas etc.).

Fig. 07

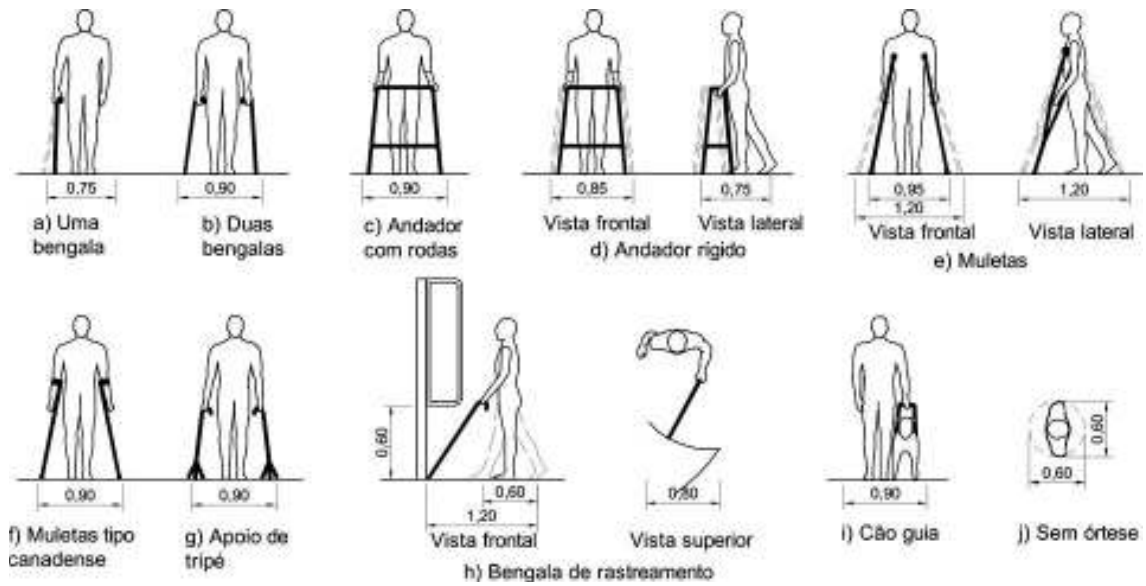


([http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf) acessado em 21/07/2013).

Além dos sete princípios, temos para a regulamentação no Brasil uma norma técnica que especifica as exigências para um local acessível NBR 9050 (Fig. 08; 09; 10; 11 e 12) que propõe acessibilidades nas edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, possibilitando a percepção, alcance e entendimento de todos, deixando o mobiliário seguro e acessível para qualquer pessoa, dando parâmetros para a construção de rampas, desníveis, símbolos, rotas de fuga, sinalização visual, acessos, áreas para cadeirantes, seguindo estes padrões, as edificações, tanto quanto todos os ambientes internos e externos proporcionará uma melhor qualidade de vida e convívio.

Medidas para mobilidades reduzidas (Normas da NBR 9050).

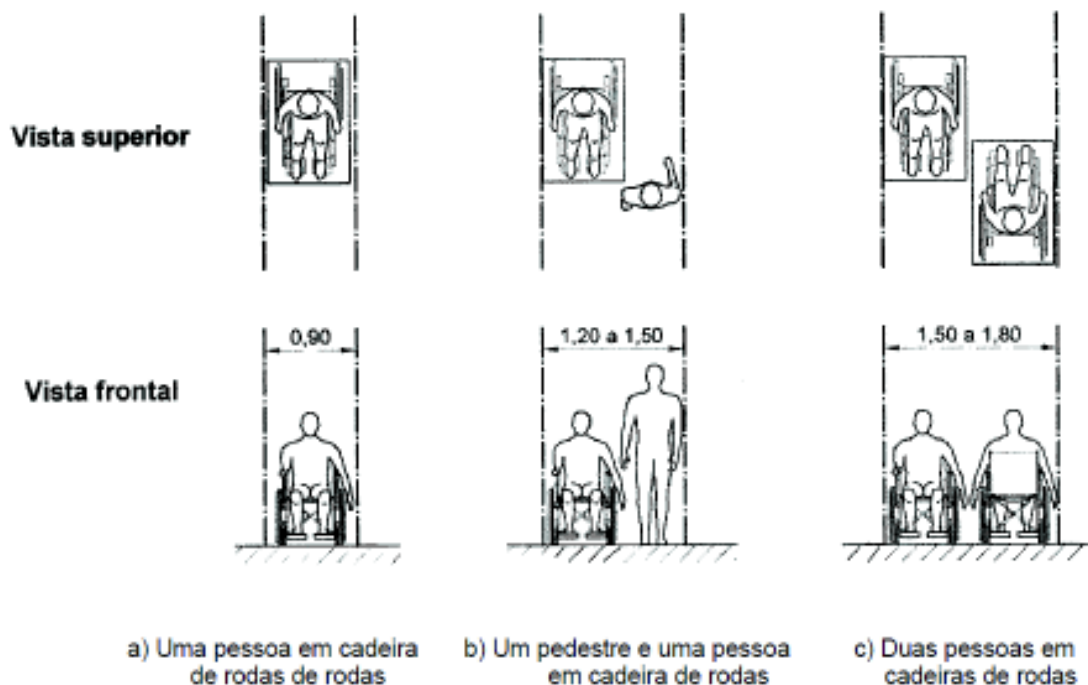
Fig. 08



([http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_gen\\_ericco\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gen_ericco_imagens-filefield-description%5D_24.pdf) acessado em 21/07/13).

Medidas necessárias para uma circulação (Normas da NBR 9050).

Fig. 09



([http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_gen\\_ericco\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gen_ericco_imagens-filefield-description%5D_24.pdf) acessado em 21/07/13).



Medidas necessárias para um B.W.C (Normas da NBR 9050).

Fig. 10

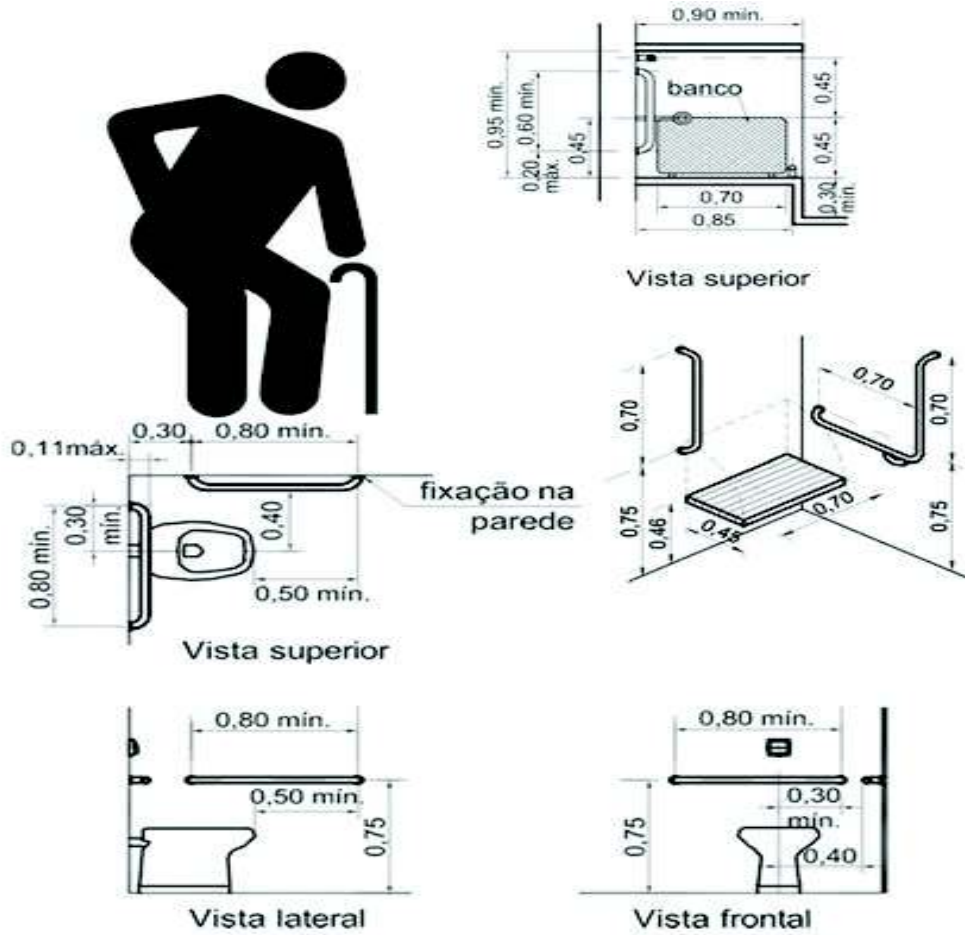
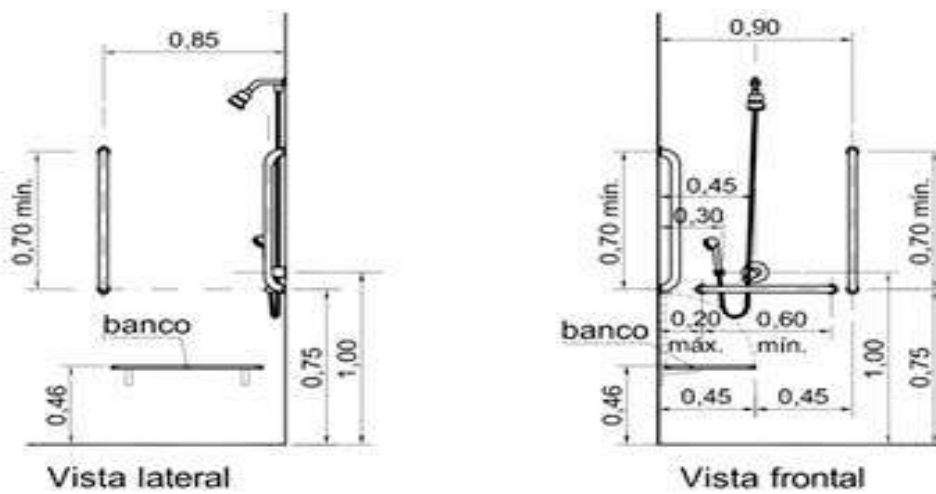


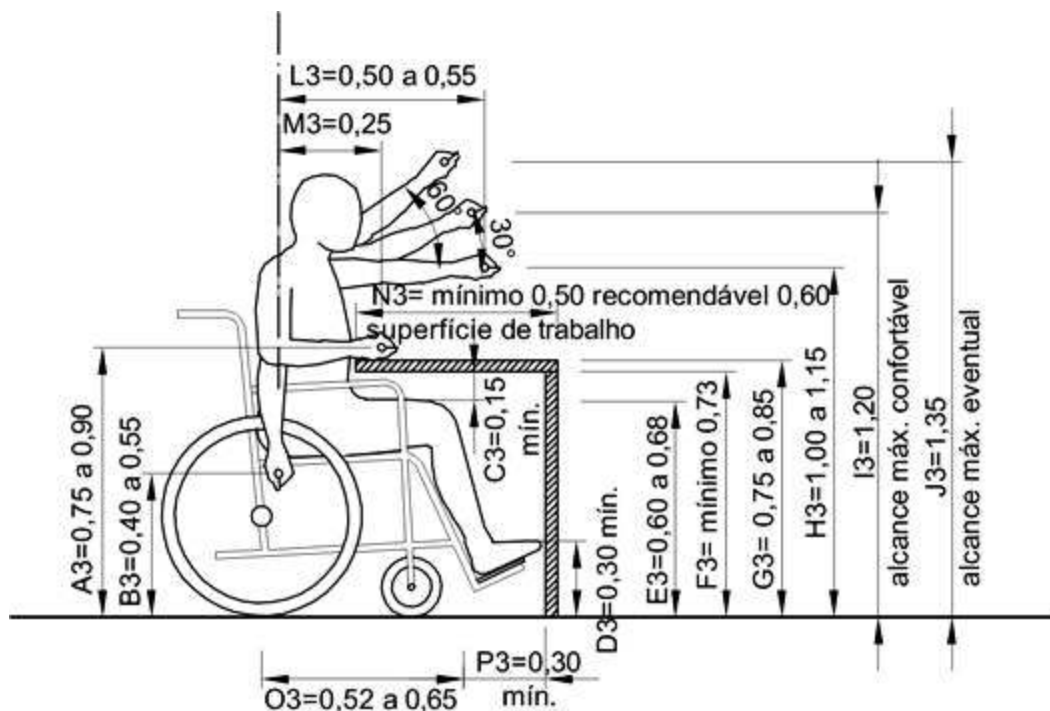
Fig.11



([http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_gen erico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gen erico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf) acessado em 21/07/13).

Medidas necessárias para uma bancada - cadeirante. (Normas da NBR 9050).

Fig. 12



([http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_gen erico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gen erico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf) acessado em 21/07/13).

A arquitetura aliada com os sete princípios do desenho universal e seguindo as normas técnicas da ANVISA, como também a NBR 9050, torna um projeto seguro e adequado não somente para o idoso, mas para qualquer ser humano utilize o espaço de uma forma segura, e isso deve ser seguido corretamente em um projeto de uma ILPI.

## ORIENTAÇÃO TÉCNICA: SEGUNDO A ANVISA

Nesta pesquisa consideraram-se as normas elaboradas pela ANVISA (Agencia Nacional de Vigilância Sanitária) sobre as instituições de longa permanência.

“considerando a necessidade de prevenção e redução dos riscos à saúde aos quais ficam expostos os idosos residentes em instituições de Longa Permanência; considerando a necessidade de definir os critérios mínimos para o funcionamento e avaliação, bem como mecanismos de monitoramento das Instituições de Longa Permanência para idosos;” (Resolução da

Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005).

Diante dessas necessidades, as normas são de fundamental importância para um funcionamento seguro e adequado ao idoso, oferecendo total segurança e um convívio harmonioso e adequado com o ambiente.

### **ILPI ANALISADAS SEGUNDO O DESENHO UNIVERSAL, NBR 9050, E AS NORMAS DA ANVISA.**

Após o levantamento geral das ILPI existentes em Recife/PE foram elaborados critérios para a escolha das instituições a serem analisadas.

Para a organização pública Recife divide-se em seis RPA (Região Político-Administrativas), nelas estão inseridos os bairros. Dessas RPA, foram selecionados os bairros onde se encontra o maior número de idosos e que contenham as ILPI. Seguindo esses requisitos, foram escolhidas as seguintes instituições (ver anexos):

- 1ª - Lar de Jesus
- 2ª - Lar de Maria
- 3ª - Abrigo Casa do Amor
- 4ª - Lar dos Velhinhos
- 5ª - Sem Identificação – Conde da Boa Vista- Recife/PE

Apesar da pesquisa se propor analisar cinco instituições de longa permanência, dificuldades como o acesso as mesmas e o tempo que não foi suficiente para executar a análise de todas as ILPI escolhidas. Ver anexo.

### **AVALIAÇÃO TÉCNICA**

Este questionário serve para uma avaliação, que irá analisar as duas instituições visitadas além de observar em cada uma, se estes princípios (desenho universal) estão sendo aplicados e de forma correta, trazendo benefícios aos que utilizam os espaços, que neste caso são os idosos. Pois necessitam de um olhar mais especial e cuidadoso para eles.

Sete itens abordados nas tabelas: 1. UTILIZAÇÃO EQUITATIVA; 2. FLEXIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO; 3. UTILIZAÇÃO SIMPLES E INTUITIVA; 4. INFORMAÇÃO PERCEPTÍVEL; 5. TOLERÂNCIA AO ERRO 6. ESFORÇOS FÍSICOS MÍNIMOS 7. DIMENSÃO E ESPAÇO DE ABORDAGEM E DE UTILIZAÇÃO.

Na primeira tabela (01) se encontra as duas instituições e os sete princípios básicos do desenho universal, as ILIPI (Instituição de Longa Permanência) que constarem determinados itens será marcada com um “X”. Logo após, passará para outra forma de avaliação e tabela.

Tabela 01

	Princípio 01	Princípio 02	Princípio 03	Princípio 04	Princípio 05	Princípio 06	Princípio 07
ILPI 01- A	-	-	-	-	-	-	X
ILPI 02-B	-	-	X	-	-	-	X

Legenda: ILPI 01: A - ILPI 02 : B

Verificou-se, depois de avaliação feita por pesquisa em campo e levantamento fotográfico, quantos dos sete princípios básicos cada instituição conseguiu atingir e, assim, poder fazer uma ponderação final. Nesta segunda tabela (02) serão avaliadas por “EXCELENTE”, “BOM”, “REGULAR” e “RUIM”. Por fim, o preenchimento desta tabela obterá informações. Sendo:

**EXCELENTE:** São as instituições onde se encontram na sua edificação a totalidade dos sete princípios do desenho universal;

**BOM:** São instituições que dos sete princípios necessários, seguem ao menos quatro itens quaisquer;

**REGULAR:** São instituições que dos sete princípios necessários, seguem no mínimo três quaisquer;

**RUIM:** São instituições que dos sete princípios do desenho universal necessários, seguem abaixo de três intens.

Tabela 02 - Final

	<b>EXCELENTE</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>RUIM</b>
<b>ILPIs 01 -A</b>				X
<b>ILPIs 02 -B</b>				X

Legenda: ILPI 01: LAR DE JESUS - ILPI 02 : ABRIGO LAR DE MARIA

### **OBSERVAÇÕES**

Constata-se o que foi encontrado e analisado em cada ILPI. Fazendo uma abordagem mais ampla dos itens que elas não conseguiram alcançar de acordo com a tabela feita. Estarão em análise os materiais de revestimento, ergonomia, ventilação, iluminação, acessibilidade e o layout do local.

**ILPI 01 - A - RPA 04: TORRE**



(Fig. 13, fonte: Zanoni Neto).

Dormitório amplo, porém a única circulação oferecida no quarto é insuficiente para passar um cadeirante com acompanhante, ou idosos que portam muletas ou andadores, dificultando a locomoção, também se encontra um excesso de camas no mesmo ambiente, a norma técnica NBR-9050 não permite, apenas seguindo corretamente as dimensões solicitadas na distância entre uma cama e outra. Não foi encontrada luz de vigília nas portas, bem como capainhas nas camas.

#### **ILPI 01 – A - RPA 04: TORRE**



(Fig. 14 Fonte: Zanoni Neto).

Outro tipo de dormitório registrado na instituição, também não segue as normas técnicas de dimensões necessárias para distância entre a cama e o mobiliário. O layout não favorece ao idoso, impedindo uma circulação, proporcionando um ambiente que oferece riscos.

**ILPI 01 – A - RPA 04: TORRE:**



(Fig. 15 Fonte: Zanoni Neto.)

Passagem de um dormitório a outro, com uma porta onde impossibilita todos manusearem, ainda mais sendo idoso ou com mobilidade reduzida. Conta-se também uma cama, que ultrapassa a porta, impedindo uma circulação adequada com cadeiras de rodas, muletas ou até mesmo sem o uso desses condicionantes.

**ILPI 01 – A - RPA 04: TORRE:**



(Fig. 16 Fonte: Zanoni Neto.)

Transição do piso do dormitório para a copa. Os pisos não contem revestimentos (antiderrapante), porém não há desníveis.

**ILPI 01 – A - RPA 04: TORRE:**



(Fig. 17 Fonte: Zanoni Neto.)

Na transição do piso da área externa para o pátio de convivência, nota-se um piso degradado, sem segurança, oferecendo risco de acidentes, não possui nenhum tratamento adequado como antiderrapante e um piso liso sem alterações, como também não possui sinalização para rampa.

**ILPI 01 – A - RPA 04: TORRE:**



(Fig. 18 Fonte: Zanoni Neto.)



No B.W.C encontra-se apenas uma barra na horizontal, onde necessariamente precisaria ter em torno de duas e um banco. Também o material usado na divisória (mármore), pode causar risco em caso de queda de algum idoso, sendo exigidas cortinas de plástico. Não obstante, um desnível foi constatado no acesso ao B.W.C , onde na norma NBR-9050 aconselha-se um piso reto, com uma calha para a água escoar.

**ILPI 01 – A - RPA 04: TORRE:**



(Fig. 19 Fonte: Zanoni Neto.)

Na copa, a dimensão é inadequada para a quantidade de idosos, não havendo um espaço ideal para cada um. Além do layout que dificulta a circulação para os que usam andadores e até mesmo para os auxiliares (ajudantes que precisam andar lado a lados dos internos).



**ILPI 01 - A - RPA 04: TORRE:**

Corredor de acesso aos quartos, com pouca iluminação natural e artificial, não sendo adequado para quem tem problemas de visão, como também não foi encontrado barras de apoio ao decorrer da passagem, sendo necessária pela norma NBR 9050. Porém o corredor é largo, oferecendo uma passagem de um cadeirante com um ajudante e não possui desníveis.

(Fig. 20 Fonte: Zanoni Neto.)

**ILPI 02 - B - RPA 03: CASA AMARELA**



(Fig. 21 Fonte: Zanoni Neto.)

Dormitório amplo com boa circulação, proporcionando a passagem de uma cadeirante com acompanhante, até mesmo os que sofrem com mobilidades reduzidas e precisam de bengalas, muletas entre outros. O piso antiderrapante ajuda a prevenir as quedas, também pouco mobiliário no local, diminuindo incidentes que poderiam ocorrer. As distâncias das camas estão de acordo com as normas, porém não tem campainha e as portas não possuem luz de vigília.

**ILPI 02 - B - RPA 03 – CASA AMARELA**



(Fig. 22 Fonte: Zanoni Neto.)

Pátio interno de convivência é interligado com o dormitório, algo que não se recomenda, porém o piso é antiderrapante, encontra-se pouco mobiliário que poderia causar acidentes. Em contrapartida apresenta uma área ampla para uma boa circulação.

**ILPI 02 - B - RPA 03 – CASA AMARELA**



(Fig. 23 Fonte: Zanoni Neto.)

Único corredor existente na instituição. Não possui barras de apoio e ao final do mesmo a largura vai estreitando-se, em questão o piso continua antiderrapante sendo o mesmo do dormitório e “pátio” interno.

**ILPI 02 - B - RPA 03 – CASA AMARELA**



(Fig 24 Fonte: Zanoni Neto.)

Refeitório amplo para comportar todos os idosos, espaços para cadeirantes e os que possuem mobilidade reduzida. O piso com detalhes de desenhos, pode ser prejudicial para a vista por conta do conjunto ser lúdico. Possui ainda mobiliário encostado nas paredes, porém não fixo, por alguns serem de vidro, pode ocasionar acidentes.

#### **ILPI 02 - B - RPA 03 – CASA AMARELA**



(Fig 25 Fonte: Zanoni Neto.)



(Fig. 06 Fonte: Zanoni Neto.)

W.C oferece barras de apoio, porém não estão na altura que a norma NBR-9050 exige e a dimensão do banheiro impossibilita o giro do cadeirante.

**ILPI 02 - B - RPA 03 – CASA AMARELA**



(Fig. 27 Fonte: Zanoni Neto.)

No B.W.C, encontra-se barras de apoio na horizontal, porém não tem o banco que é necessário para o apoio ao idoso e que consta na NBR 9050. A porta de acesso não possui a largura adequada como também todo o banheiro e, encontra-se uma pequena rampa para a entrada do B.W.C, o que não é permitido na norma dificultando um cuidador para acompanhar o idoso.)

**ILPI 02 - B - RPA 03 – CASA AMARELA**



(fig. 28 Fonte: Zanoni Neto.)

Corredor externo possui piso antiderrapante, porém em toda sua extensão deveria haver barras de apoio.

## COMPARATIVO DOS MATERIAIS DAS ILPI

Por ser construções antigas, seguem uma linhagem construtiva que se repete no uso de materiais, como piso, revestimento de paredes, janelas...

Janelas

**ILPI 01 – A- RPA 04: TORRE: LAR DE JESUS.**



(Fig.29 Fonte: Zanoni Neto)

**ILPI 02 - B - RPA 03 – CASA AMARELA**



(Fig. 30 Fonte: Zanoni Neto.)

Oferece dificuldade (puxadores) e uma força extra para poder manusear, não sendo adequada para os idosos, que precisam de simplicidade e facilidade. Fugindo do desenho universal, que seria um uso simplificado para todos e sem esforços desnecessários.

**ILPI 01 - A - RPA 04: TORRE**



(Fig. 31 Fonte: Zanoni Neto)

**ILPI 02 - B - RPA 03: CASA AMARELA**



(Fig. 32 Fonte: Zanoni Neto)

Muito comuns cerâmicas com desenhos e varias formas, variando a geometria e cor. Em excesso de uso nos ambientes fechados pode ser ruim para o idoso,por causa da visão, podendo distorcer a imagem real do piso, prejudicando na circulação.

**ILPI 01 - A- RPA 04: TORRE**



(Fig. 33 Fonte: Zanoni Neto.)

**ILPI 02 - B - RPA 03: CASA AMARELA**



(Fig. 34 Fonte: Zanoni Neto.)

Além das janelas, são encontrados estes tipos de aberturas, de cobogo que ajuda na ventilação e iluminação. Geralmente estão voltados do quarto para o corredor, ou algum outro ambiente interno.



**ILPI 01 - A - RPA 04: TORRE**



(Fig. 35 Fonte: Zanoni Neto.)

**ILPI 02 - B - RPA 03: CASA AMARELA**



(Fig. 36 Fonte: Zanoni Neto.)

Em ambas as instituições não foram encontradas a barra de apoio que precisam ter cada pia, exigida pela norma técnica NBR 9050 dando um suporte e segurança ao idoso, minimizando risco de acidentes.

## CONSIDERAÇÕES

De acordo com as visitas “in loco” e, levantamentos fotográficos, foi constatado que as instituições de longa permanência em Recife/PE não seguem todos os princípios do desenho universal, os critérios da ANVISA e, as normas técnicas exigidas pela NBR 9050 de acessibilidade, encontrando “falhas” nas edificações, não proporcionando uma arquitetura inclusiva, que possa oferecer conforto e uma melhor qualidade de vida. Por na sua maioria ser edificações antigas, encontra-se deficiência para se adequar as normas técnicas, porém as instituições apesar de não estarem adequadas aos representantes das mesmas têm consciência do problema e se propõe a realizar as mudanças necessárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução. Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimento assistenciais de saúde. Resolução – RDC 50 de 21 de janeiro de 2002, Brasília, 2002. 129p.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: ambiência. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.21p.

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 20 setembro 2012.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR: 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.97p.

ANGELO, Barbara Helena de Brito. Avaliação das instituições de longa permanência para idosos do município de Olinda-PE. Disponível em: [revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid...pt...](http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid...pt...) . Acessado em: 14 de outubro de 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Regulamento técnico para funcionamento das instituições de longa permanência para idosos.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982010000100014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982010000100014&script=sci_arttext). Acessado em: 14 de setembro de 2012.

Disponível em: [http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/n47/a17\\_bisn47.pdf](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/n47/a17_bisn47.pdf). Acessado em: 14 de setembro de 2012.

<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/rdc/RDC%20N%C2%BA%20283-2005.pdf> acessado em 21 de junho de 2013.

[http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf) acessado em 21 de junho de 2013.

IBGE. Projeção da população brasileira (revisão 2004). Disponível em:

MARTINS, Rosa Maria Lopes. Envelhecimento e saúde: um problema social emergente. Disponível em: [www.ipv.pt/millennium/Millennium27/14.htm](http://www.ipv.pt/millennium/Millennium27/14.htm). Acessado em: 18 outubro de 2012.

Resolução da diretoria colegiada – RDC 283 de 26 de setembro de 2005. 9p.

SANTOS, Mauro; BURZTYN, Ivan. Saúde e Arquitetura: caminhos para a humanização dos ambientes hospitalares 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2004.107p.

VERAS, R. P. País Jovem de Cabelos Brancos: A saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

WATANABE, Helena Akemi Wada; DI GIOVANNI, Vera Maria. Instituições de longa permanência para idosos (ILPI).